

Demonstrações financeiras intermediárias

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018
com relatório do Auditor Independente

Sompo Seguros S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de Junho de 2018.

Conteúdo

Relatório do conselho de administração.....	3-6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	7-9
Parecer do comitê de auditoria.....	10-11
Balancos patrimoniais.....	12-15
Demonstrações dos resultados.....	16
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstração dos fluxos de caixa.....	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	20-65

Sompo Seguros S.A

Relatório do conselho de administração

Senhores Acionistas,

A Sompo Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

I. Perfil

A Sompo Seguros é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundada no Japão há mais de 129 anos. No Brasil, a Sompo Seguros nasceu da integração das operações da Marítima Seguros, Seguradora fundada na cidade de Santos/SP em 1943, e da Yasuda Seguros, que está no Brasil desde 1959.

Presente em 30 países, o Grupo Sompo Holdings reúne aproximadamente 80,5 mil colaboradores empenhados em garantir que os mais de 32 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, o grupo conta com aproximadamente 2 mil colaboradores, além de filiais instaladas em todas as regiões do país, oferecendo segurança, tranquilidade e bem-estar aos segurados.

A Sompo Seguros S.A. destaca-se como uma das líderes do mercado no que diz respeito a seguros patrimoniais. Junto com a sua subsidiária integral, a Sompo Saúde Seguros S.A., atua nos segmentos de automóvel, riscos patrimoniais, vida, transporte, viagem e saúde.

A Seguradora possui uma carteira de produtos diversificada, originada principalmente pelo seu canal de distribuição, que conta com cerca de 26 mil corretores ativos. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, garantindo que a empresa atue em regiões de grande potencial econômico para o mercado segurador.

II. Planejamento Estratégico

A estratégia adotada em 2018 compreende a continuidade de execução do planejamento de negócios plurianual, pautado na Missão de “Gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade” e na visão “Ser a seguradora preferida na escolha dos clientes, com crescimento sustentável”.

Neste contexto, o maior desafio da Seguradora foi de selecionar e angariar negócios que contribuam com o volume de prêmio de seguros esperado para o período, considerando a curva de ajuste do portfólio mix, e mantendo a sinistralidade em níveis controlados.

Em termos de alinhamento organizacional, a Seguradora divulgou para todos os colaboradores seu Mapa Estratégico até 2022 durante o primeiro semestre de 2018, ressaltando os objetivos estratégicos e a expectativa de contribuição para o alcance das metas organizacionais.

Para contribuir com a estratégia e diferenciação no mercado, a Seguradora tem investido também em Inovação, criando uma área específica para tratar esse tema e promovendo assim, iniciativas que envolvem o uso de tecnologia em processos chave da operação e estudando projetos e modelos de negócio inovadores.

Nesta dinâmica de alinhar pessoas, modelos de gestão, processos organizacionais e tecnologia à estratégia e à filosofia do Grupo Sampo Holdings, a Seguradora pretende promover níveis de sustentabilidade corporativa, alavancando, além da rentabilidade ao acionista, a mobilização de *stakeholders* para o bem estar social.

III. Governança Corporativa

A Sampo Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, *compliance* e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando a tomada de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouvidoria: Com mais de 13 anos de existência, a ouvidoria na Sampo Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender às reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando novos desacordos.

Código de ética: O código de ética da Seguradora norteia suas atividades, coibindo as práticas desleais e os abusos de poder nas relações de consumo, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém atividades direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

Canal de denúncias: Os canais de denúncia da Sampo Seguros S.A. têm como objetivo receber denúncias anônimas relacionadas a violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude e crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), *intranet* e *internet* ou por e-mail (*fraude@sampo.com.br*), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

IV. Desempenho Econômico

O mercado de seguros apresentou um aumento de 6,0% (excluindo os segmentos VGBL e Saúde) em termos de prêmios emitidos para o primeiro semestre de 2018 (Fonte: sistema SES, www.susep.gov.br), apesar das turbulências e instabilidades políticas internas.

Neste cenário a Seguradora apresentou redução de 4,8% em prêmios de seguros no final do primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2017, reflexo, principalmente do desempenho, dos segmentos de automóvel, vida, ramos elementares corporativos, parcialmente compensado pelo aumento de receitas dos ramos elementares massificados, transporte e viagem.

A seguir demonstramos os principais indicadores econômicos da Sompo Seguros:

Prêmios de seguros por segmento

(Em R\$ milhões)	2018	%	2017	%	Variação %
Automóvel	412,7	31,4	573,8	41,6	(28,1)
RE massificados	396,8	30,2	366,9	26,6	8,2
Vida	90,1	6,9	100,4	7,3	(10,2)
RE corporativos	92,3	7,0	121,4	8,8	(24,0)
Transportes	219,9	16,7	132,1	9,6	66,5
Viagem	59,8	4,5	44,1	3,2	35,7
DPVAT	42,8	3,3	42,3	3,1	1,1
Consolidado	1.314,4	100,0	1.381,0	100,0	(4,8)

Evolução das provisões técnicas de seguros

(Em R\$ milhões)	2018	%	2017	%	Variação %
Provisão de prêmios	1.143,5	58,1	1.214,5	58,0	(5,8)
Provisão de sinistros	1.154,8	41,9	877,9	42,0	31,5
Total	2.298,3	100,0	2.092,4	100,0	9,8

Resultado líquido: A Seguradora encerrou o primeiro semestre de 2018 com um lucro de R\$ 20,3 milhões, R\$ 33,1 milhões acima do mesmo período do ano anterior, resultado principalmente das ações de melhoria de processos, diminuição da sinistralidade, além das medidas para controle de despesas e melhoria operacional. No final de 2017 a Seguradora pesquisou a vida útil de seus ativos intangíveis de acordo com laudo técnico de consultoria independente especializada, aumentando o prazo de diferimento desses ativos com impacto positivo em suas despesas.

Índice combinado: Percentual obtido através do total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos. No primeiro semestre de 2018, a Seguradora obteve o índice combinado de 104,1%, 3,8 p.p. melhor em relação ao mesmo período de 2017.

Dividendos: O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

V. Recursos Humanos

A Seguradora encerrou o primeiro semestre de 2018 com 1.682 colaboradores na Sompo Seguros.

Desenvolvimento de pessoas: A Seguradora investiu na capacitação de seus colaboradores no primeiro semestre de 2018 através de 275 temas de treinamentos.

Treinamentos a corretores: Com a finalidade de manter a proximidade com nossos corretores de seguros e potencializar a produção de novos negócios, a empresa também investe significativamente em treinamento para este público. No primeiro semestre de 2018, houve um total de 189 treinamentos nos ramos de automóvel, ramos elementares, vida e técnicas de vendas.

Prêmios Conquistados: A Sompo Seguros foi contemplada com o Prêmio Segurador Brasil 2018 15ª edição pelo Melhor Desempenho nos produtos Fiança Locatícia, Riscos Nomeados e Operacionais e Transporte Nacional, além de Liderança em Transporte Nacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Sompo Seguros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Sompo Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ajustes e reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao semestre e exercício findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2(d), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Sompo Seguros S.A.

Resumo do Relatório do
Comitê de Auditoria

Semestre findo em
30 de junho de 2018

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da
Sompo Seguros S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Sompo Seguros S.A. (“Seguradora”) é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração (“Conselho”), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Seguradora e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e a conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do semestre.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos membros do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações.

As atividades do Comitê, no período do 1º semestre de 2018 até esta data, incluíram:

- a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, de Controles Internos, Compliance, Gestão de Riscos, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação), Produtos de Automóvel, Transportes e Vida e de Saúde, com os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços terceirizados de Auditoria Interna e da auditoria Independente.

- b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração da Seguradora relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Seguradora.
- c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Seguradora e com seus Auditores Independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.
- d) Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente da Seguradora e com representantes do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

Pompeu da Cruz Esteves Junior - Coordenador do Comitê de Auditoria
Manfred Kautz – Membro do Comitê de Auditoria
Paulo José Arakaki – Membro do Comitê de Auditoria

Sompo Seguros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017

(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>1º Janeiro de 2017 (Reapresentado)</u>
Circulante		<u>2.186.969</u>	<u>2.284.423</u>	<u>2.229.102</u>
Disponível		<u>7.010</u>	<u>20.853</u>	<u>17.489</u>
Caixas e bancos		<u>7.010</u>	<u>20.853</u>	<u>17.489</u>
Aplicações	5	<u>343.318</u>	<u>619.296</u>	<u>618.199</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>876.769</u>	<u>961.133</u>	<u>964.050</u>
Prêmios a receber	6	722.910	801.683	815.574
Operações com seguradoras		22.990	36.149	37.340
Operações com resseguradoras	7	70.751	61.069	57.378
Outros créditos operacionais		60.118	62.232	53.758
Ativos de resseguros - provisões técnicas	7	<u>651.148</u>	<u>376.582</u>	<u>334.896</u>
Títulos e créditos a receber		<u>43.844</u>	<u>24.517</u>	<u>31.891</u>
Títulos e créditos a receber		14.200	9.093	9.664
Créditos tributários e previdenciários	8	12.973	3.764	13.755
Outros créditos		16.671	11.660	8.472
Outros valores e bens		<u>30.430</u>	<u>28.204</u>	<u>23.498</u>
Bens à venda	9	27.622	25.378	20.965
Outros valores		2.808	2.826	2.533
Despesas antecipadas		<u>10.365</u>	<u>10.178</u>	<u>7.696</u>
Custos de aquisição diferidos	10	<u>224.085</u>	<u>243.660</u>	<u>231.383</u>
Ativo não circulante		<u>1.980.115</u>	<u>1.750.292</u>	<u>1.612.296</u>
Realizável a longo prazo		<u>1.315.745</u>	<u>1.133.207</u>	<u>1.024.695</u>
Aplicações	5	<u>933.358</u>	<u>791.592</u>	<u>666.595</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>10.675</u>	<u>185</u>	<u>65</u>
Prêmios a receber	6	10.675	185	65
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	<u>56.830</u>	<u>42.161</u>	<u>60.714</u>

Títulos e créditos a receber		<u>299.884</u>	<u>286.265</u>	<u>286.203</u>
Títulos e créditos a receber		3.000	-	-
Créditos tributários e previdenciários	8	99.187	84.947	102.213
Depósitos judiciais e fiscais	11	197.697	201.318	183.990
Emprestimos e depósitos compulsórios		<u>105</u>	<u>105</u>	<u>105</u>
Despesas antecipadas		<u>3.192</u>	<u>4.032</u>	<u>1.543</u>
Custos de aquisição diferidos	10	<u>11.701</u>	<u>8.867</u>	<u>9.470</u>
Seguros		11.701	8.867	9.470
Investimentos	12	<u>215.177</u>	<u>191.049</u>	<u>201.292</u>
Participações societárias		195.937	168.745	172.860
Ágio		18.968	22.032	28.160
Outros investimentos		272	272	272
Imobilizado	13.a	<u>73.958</u>	<u>70.440</u>	<u>73.899</u>
Imóveis de uso próprio		48.980	50.146	52.483
Bens móveis		15.346	14.024	17.356
Outras imobilizações		9.632	6.270	4.060
Intangível	13.b	<u>375.235</u>	<u>355.596</u>	<u>312.410</u>
Outros intangíveis		375.235	355.596	312.410
Total do Ativo		<u>4.167.084</u>	<u>4.034.715</u>	<u>3.841.398</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sompo Seguros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas Explicativas	2018	2017	1º Janeiro de 2017
				(Reapresentado)
Circulante		<u>2.576.429</u>	<u>2.459.925</u>	<u>2.305.294</u>
Contas a pagar		<u>143.364</u>	<u>144.429</u>	<u>151.498</u>
Obrigações a pagar	14	62.991	63.600	60.960
Impostos e encargos sociais a recolher	15	53.368	61.238	72.608
Encargos trabalhistas	14	26.048	19.442	17.719
Outras contas a pagar		957	149	211
Débito das operações com seguros e resseguros		<u>369.870</u>	<u>434.814</u>	<u>388.304</u>
Prêmios a restituir		2.336	1.608	2.455
Operações com seguradoras		20.387	22.109	22.104
Operações com resseguradoras	17	218.493	255.521	210.331
Corretores de seguros e resseguros		128.654	155.267	153.050
Outros débitos operacionais		-	309	364
Depósitos de terceiros	18	<u>10.328</u>	<u>27.753</u>	<u>21.726</u>
Provisões técnicas - seguros	16	<u>2.052.867</u>	<u>1.852.929</u>	<u>1.743.766</u>
Danos		1.922.535	1.742.579	1.644.179
Pessoas		117.866	99.151	87.444
Vida individual		12.466	11.199	12.143
Passivo não circulante		<u>397.462</u>	<u>386.144</u>	<u>397.749</u>
Contas a pagar		<u>624</u>	<u>608</u>	<u>865</u>
Obrigações a pagar	14	624	608	865
Débitos das operações de seguros e resseguros		<u>2.796</u>	<u>875</u>	<u>2.520</u>
Operações com resseguradoras	17	-	875	2.520
Corretores de seguro e resseguro		2.796	-	-
Provisões técnicas - seguros	16	<u>245.403</u>	<u>239.462</u>	<u>250.968</u>

Danos		223.821	214.364	226.056
Pessoas		19.665	23.039	21.983
Vida		1.917	2.059	2.929
Outros débitos	19	<u>148.639</u>	<u>145.199</u>	<u>143.396</u>
Provisões judiciais		148.639	145.199	143.396
Patrimônio líquido		<u>1.193.193</u>	<u>1.188.646</u>	<u>1.138.355</u>
Capital social	20.a	985.586	985.586	964.609
Custo de transação	20.b	(7.256)	(7.256)	(7.256)
Reservas de capital		14	14	14
Reservas de lucro		212.164	212.164	180.538
Ajustes de avaliação patrimonial		(17.569)	(1.862)	1.038
Lucros acumulados		20.254	-	-
(-) ações em tesouraria		-	-	(588)
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>4.167.084</u>	<u>4.034.715</u>	<u>3.841.398</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sompo Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Demonstração do resultado do semestre	Notas Explicativas	2018	2017
			(Reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	21.a	1.314.408	1.380.885
Varição das provisões técnicas	21.b	73.045	(33.557)
Prêmios ganhos	21.c	1.387.453	1.347.328
Receita com emissão de apólices	21.d	4.957	27.610
Sinistros ocorridos	21.e	(1.050.731)	(903.893)
Custo de aquisição	21.f	(317.349)	(302.382)
Outras receitas e despesas operacionais	21.g	(72.874)	(56.503)
Resultado com resseguro	21.h	221.031	32.325
Receita com resseguro		432.311	204.765
Despesa com resseguro		(211.280)	(172.440)
Despesas administrativas	21.i	(187.220)	(185.638)
Despesas com tributos	21.j	(35.825)	(50.780)
Resultado financeiro	21.k	71.915	74.891
Resultado patrimonial	21.l	2.470	(8.080)
Resultado operacional		23.827	(25.122)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	21.m	(3)	1.568
Resultado antes dos impostos e participações		23.824	(23.554)
Imposto de renda	22	1.929	8.289
Contribuição social	22	1.356	7.032
Participações sobre o resultado		(6.855)	(4.578)
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre		20.254	(12.811)
Quantidade de ações no período		106.795.047	106.823.767
Quantidade de ações ordinárias (em R\$)		106.786.176	106.810.176
Quantidade de ações preferenciais (em R\$)		8.871	13.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sompo Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reapresentado)
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre	20.254	(12.811)
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(28.570)	(3.652)
Imposto de renda e contribuição social	<u>12.863</u>	<u>1.614</u>
Subtotal	(15.707)	(2.038)
Total dos resultados abrangentes do semestre, líquido de impostos	<u>4.547</u>	<u>(14.849)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sompo Seguros S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuízos acumulados	Custos de transação	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
		capital	lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	964.609	14	180.538	1.038	-	(7.256)	(588)	1.138.355
Aumento de capital portaria SUSEP Nº 018, DE 28.06.2016	20.977	-	-	-	-	-	-	20.977
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.038)	-	-	-	(2.038)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(592)	-	-	-	592	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Resultado líquido do semestre	-	-	-	-	(12.811)	-	-	(12.811)
Saldos em 30 de junho de 2017 (reapresentado)	985.586	14	179.946	(1.000)	(12.811)	(7.256)	-	1.144.479
Saldos em 31 de dezembro de 2017	985.586	14	212.164	(1.862)	-	(7.256)	-	1.188.646
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(15.707)	-	-	-	(15.707)
Resultado líquido do semestre	-	-	-	-	20.254	-	-	20.254
Saldos em 30 de junho de 2018	985.586	14	212.164	(17.569)	20.254	(7.256)	-	1.193.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sompo Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa	2018	2017
Resultado do semestre	20.254	(12.811)
Ajustes para:		
Depreciação	3.757	4.418
Amortização	9.333	(869)
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(3.843)	1.276
Resultado de equivalência patrimonial	(27.185)	5.814
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(15.707)	(2.038)
Lucro líquido / (prejuízo) ajustado	(13.391)	(4.210)
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	134.212	(115.974)
Créditos das operações de seguro e resseguro	78.341	(4.498)
Ativos de resseguro	(289.235)	(78.880)
Títulos e créditos a receber	(31.556)	(25.622)
Outros valores e bens	(2.226)	(25)
Despesas antecipadas	653	(4.404)
Outros créditos operacionais	(5.011)	(4.676)
Custos de aquisição diferidos	16.741	(11.065)
Depósitos judiciais e fiscais	3.621	(2.927)
Obrigações a pagar	2.471	(34.382)
Encargos trabalhistas	6.606	6.872
Impostos e encargos sociais a recolher	(8.494)	3.324
Outras contas a pagar	808	(144)
Débitos de operações com seguro e resseguro	(63.023)	(15.785)
Depósitos de terceiros	(17.425)	4.209
Provisões técnicas - seguros e resseguros	205.879	285.723
Provisões judiciais	3.440	3.724
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	(7)	30
Caixa gerado pelas operações	22.404	1.290
Caixa líquido gerado pelas operações	22.404	1.290
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7.464)	(4.963)
Aquisição de intangíveis	(28.975)	(21.345)
Baixas de imobilizado	189	1.949
Baixa de intangível	3	-
Caixa líquido e consumido nas atividades de investimento	(36.247)	(24.359)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	20.977
Ações em tesouraria	-	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	20.973
Redução líquida de caixas e bancos	(13.843)	(2.096)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	20.853	17.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	7.010	15.393
Redução líquida de caixas e bancos	(13.843)	(2.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Sompo Seguros S.A., doravante referida, também, como “Seguradora”, atua no mercado de seguros de danos e de pessoas, em todo território nacional, conforme definido pela legislação em vigor.

A Seguradora é controladora da Sompo Saúde Seguros S.A., que tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001.

É controladora também da Vistomar Serviços de Vistoria Ltda., que tem por objeto social a exploração de serviços de vistoria e regulação de sinistros.

A Seguradora, com sede na Rua Cubatão, nº 320 – São Paulo, e sua subsidiária integral Sompo Saúde Seguros S.A., são empresas de capital fechado e a sua controlada Vistomar é uma sociedade limitada.

2. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP.

O balanço patrimonial de 30 de junho de 2018 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017 reapresentados conforme disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da circular SUSEP 517/15 e suas alterações posteriores. As demais demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os valores relativos ao 1º semestre de 2017 também reapresentadas. As demonstrações financeiras do período de 1º de janeiro de 2017 e 1º semestre de 2017 estão sendo reapresentadas em decorrência do assunto mencionado na Nota Explicativa 2 (d).

a) Base para elaboração e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos a valor justo por meio do resultado, dos passivos de provisões técnicas e os passivos de provisões judiciais.

As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial as demonstrações do resultado, as demonstrações de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Seguros S.A. e autorizadas pelo Comitê de Auditoria Independente em reunião realizada em 24 de agosto de 2018.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora são apresentada em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, usando-se as taxas de câmbio da data de fechamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****c) Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, que exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados referentes a, entre outros: (i) do valor justo de ativos financeiros; (ii) do valor das provisões técnicas; (iii) das perdas esperadas que foram objeto de constituição de provisões para risco de créditos *impairment*; (iv) do valor e dos prazos de realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social; (v) das probabilidades de resultado final na resolução final de processos judiciais que foram objeto de constituição de provisões ou julgado como contingências passivas; (vi) da vida útil dos ativos imobilizados; e (vii) dos prazos e valores de realização ou recuperação dos salvados a venda e dos ativos intangíveis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício/período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados (maiores informações vide nota explicativa 3).

d) Comparabilidade

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da Seguradora reavaliou a vida útil dos ativos intangíveis (vide nota explicativa 3 h), reproduzindo os efeitos dessa mudança diretamente ao resultado do exercício findo naquela data. Após análise mais aprofundada do tema, a administração procedeu à mudança dos impactos nas contas específicas de patrimônio e resultado de cada ano impactado, o que resultou na rerepresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas. Nesse contexto, os impactos nas rubricas contábeis correspondentes e a divulgação estão demonstradas a seguir, e em conformidade ao previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos impactados foram:

i) Saldos Patrimoniais:

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017	31/12/2016 (Apresentado)	Ajustes	01/01/2017 (Reapresentado)
Ativo circulante	2.229.102	-	2.229.102
Ativo não circulante	1.578.302	33.994	1.612.296
Intangível	278.416	33.994	312.410
Sistemas de computação	82.221	33.994	116.215
Custo de aquisição sistemas de computação	169.833	-	169.833
Despesa de amortização	(87.612)	33.994	(53.618)
Outros intangíveis	196.195	-	196.195
Total do ativo	3.807.404	33.994	3.841.398
Passivo circulante	2.291.696	13.598	2.305.294
Passivo fiscal diferido	10.625	13.598	24.222
Passivo não circulante	397.749	-	397.749
Patrimônio líquido	1.117.959	20.396	1.138.355
Reservas de lucro	160.142	20.396	180.538
Total do passivo e patrimônio líquido	3.807.404	33.994	3.841.398

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii) *Saldos Demonstração do resultado do semestre:*

Demonstração do resultado do semestre	30/06/2017 (Apresentado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)
Despesas com amortização	(12.664)	13.513	849
Resultado antes dos impostos	(37.067)	13.513	(23.554)
IR/CSLL	20.726	(5.405)	15.321
Resultado líquido do semestre	(20.919)	8.108	(12.811)

iii) *Demonstração do resultado abrangente:*

Demonstração do resultado abrangente	30/06/2017 (Apresentado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)
Prejuízo no semestre	(20.919)	8.108	(12.811)
Total dos resultados abrangentes do semestre, líquido de impostos	(22.957)	8.108	(14.849)

iv) *Demonstração da mutação do patrimônio líquido:*

	30/06/2017 (Apresentado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)
Capital social	985.586	-	985.586
Reserva de capital	14	-	14
Reserva de lucros	159.550	20.396	179.946
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.000)	-	(1.000)
Lucros acumulados	(20.919)	8.108	(12.811)
Custos de transação	(7.256)	-	(7.256)
Ações em tesouraria	-	-	-
Total do patrimônio líquido	1.115.975	28.504	1.144.479

	31/12/2017 (Apresentado)	Ajustes	31/12/2017 (Reapresentado)
Capital social	985.586	-	985.586
Reserva de capital	14	-	14
Reserva de lucros	212.164	-	212.164
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.862)	-	(1.862)
Lucros acumulados	-	-	-
Custos de transação	(7.256)	-	(7.256)
Ações em tesouraria	-	-	-
Total do patrimônio líquido	1.188.646	-	1.188.646

	01/01/2017 (Apresentado)	Ajustes	01/01/2017 (Reapresentado)
Capital social	964.609	-	964.609
Reserva de capital	14	-	14
Reserva de lucros	160.142	20.396	180.538
Ajustes com títulos e valores mobiliários	1.038	-	1.038
Lucros acumulados	0	-	0
Custos de transação	(7.256)	-	(7.256)
Ações em tesouraria	(588)	-	(588)
Total do patrimônio líquido	1.117.959	20.396	1.138.355

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*v) *Demonstração de fluxo de caixa:*

Demonstrações dos fluxos de caixa	30/06/2017 (Apresentado)	Ajustes	30/06/2017 (Reapresentado)
Resultado do semestre	(20.919)	8.108	(12.811)
Ajustes para:		-	
Depreciação	4.418	-	4.418
Amortização	12.664	(13.513)	(869)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.276	-	1.276
Resultado de equivalência patrimonial	5.814	-	5.814
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(2.038)	-	(2.038)
Lucro líquido / (prejuízo) ajustado	1.195	(5.405)	(4.210)
Impostos e encargos sociais a recolher	(2.081)	5.405	3.324
Caixa gerado pelas operações	1.290	-	1.290
Caixa líquido gerado pelas operações	1.290	-	1.290
Caixa consumido nas atividades de investimento	(24.359)	-	(24.359)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	20.973	-	20.973
Redução líquida de caixas e bancos	(2.096)	-	(2.096)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	17.489	-	17.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	15.393	-	15.393
Redução líquida de caixas e bancos	(2.096)	-	(2.096)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que tem como principal função atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês.

b) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo.

Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros designados nesta categoria cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.

ii) Ativos financeiros disponíveis para a venda

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como “recebíveis” e “ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”. Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, apresentados na demonstração do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos.

iii) Recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras no caso de cosseguro.

c) Determinação do valor justo

Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas:

i. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos)

O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo:

- Para os Certificados de Depósito Bancário (CDB's) pós-fixados e Letras Financeiras (LF's) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda;
- Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado a uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação; e
- Para as Letras Financeiras com rendimento pós-fixado indexado à variação do IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplo a precificação considera três componentes principais: (i) variação do índice IPCA, (ii) taxa fixa contratada e (iii) o valor justo na data da negociação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii. *Títulos públicos*

O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

iii. *Quotas de fundos de investimentos*

O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável.

iv. *Debêntures*

A rentabilidade das debêntures pós-fixadas é estabelecida tendo como parâmetros as variações nas taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acordadas no momento da compra do ativo.

d) *Ativos e passivos de resseguros*

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes.

Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado.

e) *Bens à venda – (salvados)*

Alguns contratos de seguro transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos danificados, decorrentes de um evento de sinistro, cujo segurado foi ou será indenizado. Tais ativos são denominados salvados, os quais são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica com referência da tabela FIPE, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens.

Mensalmente é reconhecido *impairment* dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como redução ao valor recuperável em contrapartida do resultado.

A Seguradora adota metodologia para o cálculo da redução ao valor recuperável dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada nos últimos 5 anos.

f) *Investimentos*

Os investimentos mantidos nas controladas Sompo Saúde Seguros S.A. e Vistomar Serviços de Vitorias Ltda. são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos que são revisados periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13a.

h) Intangível

Software

Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento.

Os custos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Esses custos são amortizados pelo prazo estimado de recuperação desses gastos, que varia entre 4 % à 20% ao ano, a partir da data em que o sistema entra em operação.

A Sompo Seguros, em conformidade com o CPC 4 (Ativo Intangível) e CPC 23 (Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro), no exercício de 2017 revisou as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" (vide nota explicativa 13b) de forma a refletir o valor contábil justo destes ativos, que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões.

Em 30 de junho de 2018 a Seguradora está rerepresentando os saldos de abertura de 1º de janeiro de 2017 bem como os saldos comparativos em 30 de junho de 2017 os efeitos retrospectivos de exercícios anteriores do ativo intangível pela realvaliação da vida útil (vide nota explicativa 2dii e 2div)

Ágio

Os valores atribuídos ao ágio foram estabelecidos de acordo com laudo técnico emitido por empresa especializada, considerando sua formação. Os valores não são passíveis de amortização e sua recuperabilidade é testada anualmente através de estudo de realização do valor recuperável do ativo.

i) Recuperabilidade de ativos financeiros

A Seguradora avalia no mínimo a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros.

Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda por um período prolongado é removida do patrimônio líquido e reconhecido no resultado independente do valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva e sobre os prêmios totais independentemente do ramo, com base em estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos e o valor correspondente da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada.

j) Recuperabilidade de ativos não financeiros

Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável.

É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável.

k) Provisões técnicas

i. Definições

Provisões técnicas: São constituídas por valores estimados, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas.

NTA (nota técnica atuarial): Documento que apresenta os parâmetros utilizados, a formulação de cálculo dos prêmios do respectivo seguro e menciona a necessidade ou não de constituição de provisão.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP 517/2015 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em notas técnicas atuariais (NTA) enviadas para a SUSEP.

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam para terminar a vigência e o total de dias de vigência da apólice, aplicada ao valor do prêmio.
- A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG- RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão das apólices, de acordo com a base histórica da Seguradora;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência das provisões técnicas de prêmios, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente;
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo, de acordo com os sinistros avisados;
- A provisão de sinistros a liquidar judicial (PSLJ) corresponde a sinistros avisados que por algum motivo resultou em processo judicial e estão relacionadas a ações de seguros que se encontram em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída provisão de um percentual do montante envolvido, de acordo com a probabilidade de perda anotada na respectiva nota técnica atuarial da provisão. O montante é atualizado mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acrescidos de 0,5% ou 1,0% dependendo da data de entrada da ação;
- A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base. Este cálculo é baseado em dados históricos que compreendem a análise do tempo existente entre a ocorrência e o aviso dos sinistros passados e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem a intenção de estimar o valor futuro dos sinistros a avisar e já ocorridos. Esta provisão é estimada mensalmente;
- A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, caso a experiência histórica observada indique necessidade de ajustar os valores da PSL. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados a data de aviso do sinistro e os valores efetivos de liquidação dos sinistros;
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá com os sinistros avisados;
- A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) abrange os compromissos assumidos pela sociedade seguradora com os segurados enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização/renda. Tem a finalidade de provisionar os recursos para pagamento dos benefícios a iniciar. É calculada mensalmente conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto; e
- Salvados e ressarcimentos de sinistros pendentes de liquidação financeira abrange os valores estimados de recuperação, calculados com base na experiência histórica observada. São refletidos e apresentados reduzindo a PSL.

ii. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), que tem a finalidade de avaliar a suficiência das provisões.

Este teste consiste em recalcular o valor presente dos fluxos de prêmios e sinistros, segregados

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

em seguros de danos e pessoas, e compará-los com as respectivas provisões técnicas. Caso a subtração entre o valor do fluxo recalculado e da provisão de prêmios resulte em valor positivo, este deverá ser reconhecido na provisão complementar de cobertura (PCC), conforme determinação legal. Para as provisões de sinistros, se o comparativo resultar em valor positivo, as respectivas provisões deverão ser ajustadas.

No cálculo do TAP são consideradas as despesas com sinistros e os valores de salvados. A taxa de juros considerada para o cálculo do fluxo de caixa é o da estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ).

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram apuradas insuficiências.

l) Benefícios a empregados

Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios:

i. Aposentadoria

A Seguradora é patrocinadora da PrevYasuda - Yasuda Sociedade de Assistência e Previdência Complementar, que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários.

Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício.

O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial.

Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábua de mortalidade, etc., sendo os planos de Benefício I e II pelo método de Crédito Unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de Capitalização Integral, onde em ambos o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação menos o valor justo dos ativos do respectivo plano, nos moldes da CPC 33 – Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com a CPC 33 – Benefícios a Empregados.

ii. Benefícios de rescisão - pós-emprego

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual se subordina, concede, por um período limitado de tempo após a rescisão do contrato de trabalho, benefícios de seguro saúde. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora.

iii. Participação nos lucros e resultados (PLR)

A Seguradora possui plano de participação nos resultados baseado em fórmula interna de distribuição. O plano teve concordância do sindicato dos securitários, de acordo com o disposto na lei nº 10.101/2000.

A definição das metas e os montantes de participação nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Sompo que se reúnem anualmente com representantes da Diretoria da Seguradora e do sindicato dos securitários de São Paulo.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a lei nº 13.169/2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da lei nº 13.169/15, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa 8.a).

A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão ou um passivo somente quando existe uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgadas segundo o CPC 25.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), *pro-rata die* de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNG líquidos de CIC (vide nota explicativa 3ki).

O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

Os créditos das contribuições para PIS e COFINS sobre os sinistros avisados e ainda não pagos, são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea a constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo dessas contribuições quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa 8).

4 Gestão de risco

A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição, e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau os seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispendo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Tem o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Administração, a Seguradora tem o Comitê de Controle Interno como órgão de apoio vinculado à Diretoria Executiva, no âmbito da estrutura de governança corporativa. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e a disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética.

b) Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado pela área de gestão de riscos, *compliance* e controles internos visando a mitigação dos riscos de perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade são elaborados planos de ação específicos.

Na mensuração qualitativa do risco operacional a Seguradora aplica a metodologia “*Control Self Assessment*”, com intuito de avaliar aspectos relativos a controles, processos, riscos e cumprimento de objetivos, por meio de ciclos anuais.

c) Gestão de risco de seguro

O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro.

A Seguradora observa se há acúmulo de riscos junto aos segurados e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo.

A Seguradora utiliza estratégias de verificação de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito satisfatório, que indique probabilidade de ruína minimizado.

Para a minimização da volatilidade do risco é efetuada a diversificação de risco, analisado o tipo do risco, observada a não concentração dos riscos nas diversas regiões e controlada a qualidade do risco a ser segurado.

Os principais seguimentos na gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma:

- (i) Automóvel: convencional, fracionado ou não, e supremo (para valores acima da média);
- (ii) Affinity: seguros simples e massificados;
- (iii) Transportes: nacional e internacional;
- (iv) Demais seguros de danos: massificados, especiais ou grandes riscos;e
- (v) Pessoas: vida individual e vida coletivo.

A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação dos limites de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segmentos	Junho 2018 e 2017							
	Prêmios de seguros 06/2018	Parcela ressegurada 06/2018	Prêmios retidos 06/2018	Prêmios retidos % 06/2018	Prêmios de seguros 06/2017	Parcela ressegurada 06/2017	Prêmios retidos 06/2017	Prêmios retidos % 06/2017
Automóvel	408.583	(2.428)	406.155	36,82%	562.090	(4.245)	557.845	46,16%
Demais ramos elementares	713.102	(205.976)	507.126	45,97%	631.850	(165.324)	466.526	38,61%
Patrimonial	382.207	(130.332)	251.875	22,83%	379.222	(103.517)	275.705	22,81%
Transportes	224.052	(52.064)	171.988	15,59%	144.027	(27.642)	116.385	9,63%
Rural	57.350	(8.863)	48.487	4,40%	55.364	(5.589)	49.775	4,12%
Responsabilidades	31.151	(2.284)	28.867	2,62%	32.390	(3.256)	29.134	2,41%
Outros	18.342	(12.433)	5.909	0,54%	20.847	(25.320)	(4.473)	-0,37%
Pessoas	149.952	(2.876)	147.076	13,33%	144.632	(2.871)	141.761	11,73%
Pessoas coletivo	79.634	(2.084)	77.550	7,03%	90.328	(2.108)	88.220	7,30%
Pessoas individual	70.318	(792)	69.526	6,30%	54.304	(763)	53.541	4,43%
Subtotal	1.271.637	(211.280)	1.060.357	96,12%	1.338.572	(172.440)	1.166.132	96,50%
DPVAT	42.771	-	42.771	3,88%	42.313	-	42.313	3,50%
Total	1.314.408	(211.280)	1.103.128	100,00%	1.380.885	(172.440)	1.208.445	100,00%

2018					2017				
Região	Automóvel	Demais Ramos Elementares / DPVAT	Pessoas	Total	Região	Automóvel	Demais Ramos Elementares / DPVAT	Pessoas	Total
Centro - Oeste	17.963	46.854	15.409	80.226	Centro - Oeste	29.082	42.347	13.740	85.169
Nordeste	22.297	36.893	4.145	63.335	Nordeste	24.300	34.707	4.013	63.020
Norte	3.027	23.474	2.941	29.442	Norte	3.738	19.257	2.157	25.152
Sudeste	293.876	469.425	103.949	867.250	Sudeste	402.880	404.421	98.863	906.164
Sul	71.420	179.227	23.508	274.155	Sul	102.090	173.431	25.859	301.380
Total	408.583	755.873	149.952	1.314.408	Total	562.090	674.163	144.632	1.380.885

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável.

O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora:

	2018				
	Piora de - 15 p.p.s	Piora de - 5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de + 5 p.p.s	Melhora de + 15 p.p.s
Prêmios ganhos	1.387.453	1.387.453	1.387.453	1.387.453	1.387.453
Sinistros ocorridos	(1.258.849)	(1.120.104)	(1.050.731)	(981.359)	(842.613)
Índice de sinistralidade	(90,73)%	(80,73)%	(75,73)%	(70,73)%	(60,73)%
Impacto bruto	(208.118)	(69.373)	-	69.373	208.118
Impacto líquido de impostos	(114.465)	(38.155)	-	38.155	114.465

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Composição por segmento	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de Aquisição	Junho 2018	
				Índices - %	
				Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	473.860	(303.232)	(93.362)	(64,0)%	(19,7)%
Demais ramos elementares	770.445	(660.573)	(173.649)	(85,7)%	(22,5)%
Patrimonial	412.367	(483.672)	(103.694)	(117,3)%	(25,1)%
Transportes	224.388	(113.816)	(46.027)	(50,7)%	(20,5)%
DPVAT	40.782	(33.897)	(514)	(83,1)%	(1,3)%
Rural	50.071	(19.062)	(14.238)	(38,1)%	(28,4)%
Responsabilidades	27.375	(10.603)	(7.427)	(38,7)%	(27,1)%
Outros	15.462	477	(1.749)	(3,1)%	(11,3)%
Pessoas	143.148	(86.926)	(50.338)	(60,7)%	(35,2)%
Pessoas coletivo	77.951	(33.929)	(28.709)	(43,5)%	(36,8)%
Pessoas individual	65.197	(52.997)	(21.629)	(81,3)%	(33,2)%
Total	1.387.453	(1.050.731)	(317.349)	(75,7)%	(22,9)%

e) Gestão de riscos financeiros

Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico.

As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco.

i. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa.

Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

Fluxo de caixa contratuais não descontados em 30 de junho de 2018

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.010	-	-	-	-	-	-	7.010
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	324.603	-	-	-	-	-	-	324.603
Título de renda fixa privado	324.603	-	-	-	-	-	-	324.603
Ativos financeiros disponíveis para a venda	7.500	1.041	2.298	7.876	82.178	851.180	-	952.073
Título de renda fixa público	-	-	-	-	37.278	825.728	-	863.006
Título de renda fixa privado	7.500	1.041	2.298	7.876	44.900	25.452	-	89.067
Créditos das operações com seguros e resseguros	687.144	122.306	45.574	12.795	18.818	807	-	887.444
Prêmios a receber de segurado - a decorrer	124.358	3.718	2.222	1.289	210	-	-	131.797
Prêmios a receber de segurado - decorridos	408.927	118.588	43.352	11.506	18.608	807	-	601.788
Operações com segurados	22.990	-	-	-	-	-	-	22.990
Operações com resseguradoras	70.751	-	-	-	-	-	-	70.751
Outros créditos operacionais	60.118	-	-	-	-	-	-	60.118
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	376.169	181.472	93.507	42.122	14.708	-	707.978
Títulos e créditos a receber	30.871	-	-	-	-	-	312.857	343.728
Títulos e créditos a receber	14.200	-	-	-	-	-	3.000	17.200
Outros créditos	16.671	-	-	-	-	-	-	16.671
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	197.697	197.697
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	112.160	112.160
Outros valores e bens	30.430	-	-	-	-	-	-	30.430
Bens à venda	27.622	-	-	-	-	-	-	27.622
Outros valores e bens	2.808	-	-	-	-	-	-	2.808
Custos de aquisição diferidos	98.550	63.957	43.168	18.409	7.287	4.414	-	235.785
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	-	-	-	-	-	105	105
Total dos ativos financeiros	1.186.108	563.473	272.512	132.587	150.405	871.109	312.962	3.489.156
Provisões técnicas	1.272.077	430.742	211.041	139.007	162.661	82.742	-	2.298.270
Passivos financeiros	444.681	62.939	5.399	118	27	-	161.833	674.997
Impostos e encargos sociais a recolher	52.744	-	-	-	-	-	-	52.744
Outras contas a pagar	63.948	-	-	-	-	-	624	64.572
Débitos das operações com seguros e resseguros	293.325	61.890	4.854	-	27	-	12.570	372.666
Encargos trabalhistas	26.048	-	-	-	-	-	-	26.048
Depósitos de terceiros	8.616	1.049	545	118	-	-	-	10.328
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	148.639	148.639
Total dos passivos financeiros	1.716.758	493.681	216.440	139.125	162.688	82.742	161.833	2.973.267

Embora haja um descasamento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda e tem liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii. Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos.

Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo, garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 30 de junho de 2018 distribuídos por *rating* de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano.

Os ativos classificados na categoria *sem rating* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros / rating	Posição em 30 de Junho de 2018					Total
	AAA	AA	A	BBB	Sem rating	
A valor justo por meio do resultado	243.351	33.620	47.632	-	-	324.603
Título de renda fixa privado	243.351	33.620	47.632	-	-	324.603
Disponíveis para a venda	885.096	59.918	7.059	-	-	952.073
Título de renda fixa público	863.006	-	-	-	-	863.006
Título de renda fixa privado	22.090	59.918	7.059	-	-	89.067
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	7.010	7.010
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	733.585	733.585
Total do circulante e não circulante	1.128.447	93.538	54.691	-	740.595	2.017.271

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Posição em 30 de Junho 2018						Saldo contábil 30/06/2018
	Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos				Provisão para perda	
	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	acima de 1 ano			
Valor justo por meio do resultado	324.603	-	-	-	-	-	324.603
Título de renda fixa privado	324.603	-	-	-	-	-	324.603
Disponíveis para a venda	952.073	-	-	-	-	-	952.073
Título de renda fixa público	863.006	-	-	-	-	-	863.006
Título de renda fixa privado	89.067	-	-	-	-	-	89.067
Prêmios a receber de segurados	655.711	60.468	11.224	9.575	3.602	(6.995)	733.585
Caixa e equivalentes de caixa	7.010	-	-	-	-	-	7.010
Total do circulante e não circulante	1283.686	-	-	-	-	-	2.017.271

Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito utilizando os mecanismos de transferência de risco através de resseguro, há norma específica e que conta com parâmetros para negociações com a contraparte fundamentados em *ratings* de agências classificadoras externas. São privilegiados os resseguradores cuja classificação de rating seja A ou superior em negócios com vigência de até 12 meses (*short tail*) e rating A+ ou superior em negócios com vigência maior que 12 meses (*long tail*) para garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito sejam alcançados.

Gerenciamento de risco de crédito:

A fim de diminuir o risco relacionado a recuperabilidade dos créditos da operação de resseguro, a Seguradora revisa anualmente as estruturas dos contratos de resseguro e controla o *aging* de recuperação de sinistros.

A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Seguradora, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contraparte. O *rating* foi atribuído pela agência de classificação de risco Fitch:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classe	Categoria de risco	2018	2017
Local	A (Excellent)	5.584	4.777
Local	A- (Excellent)	40.737	31.299
Local	a+	32	9.611
Local	A+ (Superior)	6.143	2.999
Local	B++ (Good)	3.902	541
Local	bbb+	606	5.609
Admitida	A	-	5.114
Admitida	A (Excellent)	4.609	30
Admitida	A+ (Superior)	7.720	713
Admitida	A+ u (Superior)	30	52
Admitida	A++ (Superior)	997	60
Eventual	A (Excellent)	19	185
Eventual	A- (Excellent)	45	-
Eventual	A+ (Superior)	244	79
Eventual	A++ (Superior)	83	-
Total Geral		70.751	61.069

iii. Gestão de risco de mercado

A Sompo Seguros utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress*, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (*Value at Risk*), a Seguradora utiliza como limite 0,5 ao dia, com 99% de nível de confiança.

Para a posição de 30 de junho de 2018, a perda máxima potencial é de 0,47% do valor total da carteira de investimentos.

A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e havendo um momento de *stress* que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio líquido da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente.

A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor.

O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tendem a oscilar gerando marcação a mercado (MTM).

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos de mercado sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis, e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e Ibovespa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classes	Premissas 2018 / 2018	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 30 de Junho de 2018			
		Aumento		Diminuição	
		Resultados abrangentes	Resultado do exercício	Resultados abrangentes	Resultado do exercício
Letra financeira (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	397	(1)	1	(393)
Debêntures (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	403	1	(1)	(400)
Letras financeiras do tesouro (LFT) pós	200 bps na taxa de juros	1.891	(1)	1	(1.876)
Notas do tesouro nacional (NTN-B) IPCA	1 p.p. da inflação	629	(17)	17	(627)
CDB (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	190	(1)	1	(188)
Fundos de renda fixa (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	878	-	-	(870)
Fundos DPVAT (CDI) pós		2.509	-	-	(2.489)
Total		6.898	(19)	19	(6.842)

f) Gestão de risco de capital

Para funcionamento de uma Seguradora é obrigatório o cálculo e apropriação do Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da Seguradora. O CMR é composto por 4 riscos: subscrição, crédito, operacional e mercado.

Os capitais são calculados individualmente e mensalmente, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado.

Para se verificar a suficiência do CMR, este é comparado ao patrimônio líquido ajustado total (PLA total), devendo sempre ter o PLA total maior que o CMR, demonstrando que a Seguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos.

A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõe o capital mínimo requerido em 30 de junho de 2018:

Gestão de risco de capital	2018	2017
Patrimônio líquido contábil	1.193.193	1.188.646
(-) Participação direta e indireta	(215.164)	(191.036)
(-) Despesa antecipada	(13.557)	(14.211)
(-) Créditos tributários e prejuízos fiscais	(25.477)	(21.978)
(-) Ativos intangíveis	(375.235)	(355.596)
(-) Obras de arte	(13)	(13)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda	5.380	5.947
Patrimônio líquido ajustado (PLA) contábil	569.127	611.759
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	1.249	956
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	14.430	13.023
Patrimônio líquido ajustado (PLA) econômico	584.806	625.738
Capital adicional baseado no risco de subscrição	346.474	361.712
Capital adicional baseado no risco de crédito	60.095	62.908
Correlação	(59.131)	(57.768)
Capital de risco operacional	17.732	18.991
Capital de risco de mercado	48.340	44.050
Soma do capital base com capital adicional	413.510	429.893
Suficiência de capital (PLA - CMR)	171.294	195.846
Suficiência de ativos garantidores	135.413	184.869
(-) 20% do Capital Mínimo Requerido (CMR)	(82.452)	(85.787)
(=) Liquidez em relação ao CMR	52.961	99.082

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Aplicações

A classificação das aplicações por categoria e vencimento, taxas de juros contratadas (médias) e níveis é apresentada da seguinte forma em 30 de junho de 2018 e dezembro de 2017:

a) **Resumo da classificação dos ativos financeiros**

A divulgação por nível, relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos;
- **Nível 2:** “*Inputs*”, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Junho de 2018							
Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	324.603	-	-	324.603	-	-	324.603
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos	324.603	-	-	324.603	-	-	324.603
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.715	33.158	900.200	985.044	(32.971)	863.006	89.067
Títulos públicos federais - LFT/ LTN/ NTN-B e NTN-F							
100% Selic (LFT)							
8,60% a.a até 11,11% a.a (LTN)							
IPCA+4,12% até IPCA+5,69% (NTN-B)							
8,76% a.a até 8,91% a.a (NTN-F)	-	6.541	856.465	895.852	(32.846)	863.006	-
Títulos privados - Letras Financeiras – LF							
103% até 111% CDI							
9,1% a.a até 8,05% a.a	12.195	15.759	8.225	36.250	(71)	-	36.179
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários – CDB							
98% até 100,5% CDI							
7,01% a.a até 16,07% a.a	6.520	10.858	-	17.484	(106)	-	17.378
Títulos privados - Debênture – DEB							
IPCA+3,1% até IPCA+3,13%	-	-	35.510	35.458	52	-	35.510
Total	343.318	33.158	900.200	1.309.647	(32.971)	863.006	413.670

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Dezembro de 2017								
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		445.314	1.922	-	447.236	-	1.922	445.314
Títulos públicos federais - LFT/ LTN e NTN-B	100% Selic	-	1.922	-	1.922	-	1.922	-
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		445.314	-	-	445.314	-	-	445.314
Ativos financeiros disponíveis para venda		173.982	47.574	742.096	968.053	(4.401)	825.771	137.881
Títulos públicos federais LFT/ LTN e NTN-B	100% Selic (LFT) 8,47% a.a até 16% a.a (LTN) IPCA+4,25% a.a. até IPCA+6,60% a.a. (NTN-B)	59.446	24.229	742.096	830.258	(4.487)	825.771	-
Títulos privados - Letras Financeiras – LF	104% até 113% CDI IPCA+4,25% a.a	82.374	22.500	-	104.760	114	-	104.874
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários – CDB	90% até 112% CDI 14,44% a.a. até 16,04% CDI	23.521	845	-	24.349	17	-	24.366
Títulos privados - Debênture – DEB	124,1% CDI	8.641	-	-	8.686	(45)	-	8.641
Total		619.296	49.496	742.096	1.415.289	(4.401)	827.693	583.195

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Movimentação das aplicações

	Saldo em 31/12/17	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 30/06/18
Valor justo por meio do resultado	447.236	112.647	(247.232)	11.952	-	324.603
Títulos públicos federais - LFT/LTN/NTN-B e NTN-F	1.922	-	(1.942)	20	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	445.314	112.647	(245.290)	11.932	-	324.603
Disponíveis para venda	963.652	2.066.803	(2.102.443)	52.631	(28.570)	952.073
Títulos privados - CDB e Letras Financeiras	129.240	25.080	(103.228)	2.773	(308)	53.557
Títulos privados - Debêntures	8.641	37.019	(11.612)	1.365	97	35.510
Títulos públicos federais - LFT/LTN/NTN-B e NTN-F	825.771	2.004.704	(1.987.603)	48.493	(28.359)	863.006
Total	1.410.888	2.179.450	(2.349.675)	64.583	(28.570)	1.276.676

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando com o parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações.

Em 2018, o desempenho da carteira de investimentos atingiu 4,73% no acumulado do período (1º semestre de 2018), representando 149,1% do CDI (3,17%), apresentando um aumento de performance de + 29,6 p.p em relação ao ano anterior. A variação acumulada do CDI de 2017 foi de 9,93%, no mesmo período o desempenho da carteira foi de 11,86% no ano, representando 119,5% do CDI.

6 Créditos das operações com seguros e resseguros**a) Prêmios a receber de segurados**

	2018				2017			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento
Automóvel	227.570	(1.589)	225.981	4	246.270	(1.340)	244.930	4
Patrimonial	189.116	(811)	188.305	3	256.533	(946)	255.587	3
Transportes	171.956	(724)	171.232	5	157.706	(4.156)	153.550	5
Pessoas	90.715	(3.273)	87.442	5	89.621	(3.435)	86.186	5
Responsabilidades	15.624	(51)	15.573	3	15.453	(283)	15.170	3
Demais Ramos	45.599	(547)	45.052	3	46.952	(507)	46.445	3
Total	740.580	(6.995)	733.585		812.535	(10.667)	801.868	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)***b) Aging de prêmios a receber**

Aging de prêmios a receber	2018	2017
Prêmios a vencer	655.711	717.955
De 1 a 30 dias	295.158	340.273
De 31 a 60 dias	111.861	146.522
De 61 a 120 dias	137.789	138.516
De 121 a 180 dias	50.152	46.193
De 181 365 dias	50.076	46.266
Superior a 365 dias	10.675	185
Prêmios vencidos	84.869	94.580
De 1 a 30 dias	45.995	58.465
De 31 a 60 dias	9.922	6.020
De 61 a 120 dias	8.259	11.801
De 121 a 180 dias	7.516	12.868
De 181 365 dias	9.575	1.749
Superior a 365 dias	3.602	3.677
Total do circulante e não circulante	740.580	812.535

7 Ativos de resseguros e operações com resseguradora

Composição dos Ativos de Resseguro	2018	2017
Sinistros a recuperar	548.030	235.384
Sinistros administrativos pendentes de liquidação	447.423	145.069
Sinistros em discussão judicial	29.781	29.154
Sinistros pagos	70.826	61.161
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	5.834	5.702
Provisão de benefícios a regularizar	1.818	711
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(75)	(92)
Subtotal	555.607	241.705
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas	211.461	223.734
Prêmios de resseguros diferidos das apólices não emitidas	11.661	14.373
Subtotal	223.122	238.107
Total do Circulante e não circulante	778.729	479.812

8 Créditos tributários e previdenciários

	2018	2017
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 8.a)	56.715	54.507
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 8.b)	25.474	21.978
Créditos de PIS e COFINS	21.459	23.285
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.185	1.296
Outros créditos tributários	22.280	9.378
Total do circulante e não circulante	132.113	110.444
(-) Tributos Diferidos Passivo	(19.953)	(17.535)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	-	(4.198)
Total do circulante e não circulante	112.160	88.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Movimentação de créditos tributários e previdenciários

	Saldo em 1º de Janeiro/2017 (reapresentado) *			Saldo em 31/12/2017			Saldo em 30/06/2018
	Adição	Baixas		Adição	Baixas		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.893	613	(5.210)	1.296	5.040	(151)	6.185
Créditos de PIS e COFINS	17.717	10.169	(4.601)	23.285	2.908	(4.734)	21.459
Créditos tributários de diferenças temporárias	72.740	4.376	(22.609)	54.507	8.632	(6.424)	56.715
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	24.142	-	(2.164)	21.978	3.496	-	25.474
Outros	9.870	7.243	(7.735)	9.378	14.883	(1.981)	22.280
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.107)	2.107	-	-	-	-	-
Provisão para IRPJ e CSLL	-	(4.198)	-	(4.198)	-	4.198	-
(-) Tributos diferido passivo	(12.287)	(10.550)	5.302	(17.535)	(2.418)	-	(19.953)
	115.968	9.760	(37.017)	88.711	32.541	(9.092)	112.160

(*) A Sompo Seguros, em conformidade com o CPC 4 e CPC 23, durante o exercício de 2017 revisou a vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" (vide nota explicativa 2 d) de forma a melhor refletir o valor destes ativos, que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões e créditos tributários no valor de R\$ 46,3 milhões.

a) Créditos tributários de diferenças temporárias

Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	2018				Total
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 5% (*)	
Provisões fiscais	108.968	27.242	16.345	5.448	49.035
Provisões cíveis	10.063	2.516	1.509	-	4.025
Provisão para riscos sobre créditos	8.662	2.166	1.299	433	3.898
Provisão para valor recuperável de salvados	1.486	372	223	74	669
Provisões trabalhistas	7.043	1.761	1.057	2	2.820
Provisão para participação nos lucros	12.908	3.227	1.936	645	5.808
Provisão amortização de projetos	(32.541)	(8.135)	(4.881)	(24)	(13.040)
Outras provisões	2.004	501	301	100	902
Price purchase allocation (PPA)	5.772	1.443	866	289	2.598
Total do circulante e não circulante	124.365	31.093	18.655	6.967	56.715
(-) Tributos Diferidos	(45.154)	(11.288)	(6.773)	(1.892)	(19.953)
Total do circulante e não circulante	79.211	19.805	11.882	5.075	36.762

Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	2017				Total
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 5%	
Provisões fiscais	107.268	26.817	16.090	5.363	48.270
Provisões cíveis	8.827	2.207	1.324	150	3.681
Provisão para riscos sobre créditos	12.505	3.126	1.876	625	5.627
Provisão para valor recuperável de salvados	2.250	563	338	113	1.014
Provisões trabalhistas	6.292	1.573	944	185	2.702
Provisão para participação nos lucros	18.443	4.611	2.767	922	8.300
Provisão amortização de projetos	(46.293)	(11.573)	(6.944)	(316)	(18.833)
Outras provisões	2.065	516	310	103	929
Price purchase allocation (PPA)	6.259	1.565	939	313	2.817
Total do circulante e não circulante	117.616	29.405	17.644	7.458	54.507
(-) Tributos Diferidos	(38.351)	(9.588)	(5.753)	(2.194)	(17.535)
Total do circulante e não circulante	79.265	19.817	11.891	5.264	36.972

(*) A Seguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL no ano de 2017 (R\$ 5.267), com efeito de adequação das contingências cíveis de R\$ 236 em 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social

A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias.

Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Origem dos créditos tributários de prejuízos fiscais

Ano da constituição do crédito	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL	
	Base de cálculo	Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base de cálculo	Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2009	45.819	11.455	36.012	7.202
2014	7.379	1.845	7.379	1.476
2018	7.770	1.942	7.770	1.554
Total	60.968	15.242	51.161	10.232

c) Cronograma de realização dos créditos tributários

	Prejuízos Fiscais	Base Negativa de CSLL	Saldo final do período
Saldo em 30 de junho de 2018	15.242	10.232	25.474
2018	(4.056)	(3.245)	18.173
2019	(4.776)	(3.821)	9.576
2020	(6.410)	(3.166)	-

9 Bens à venda – (salvados)

a) Composição do estoque

	2018			2017		
	Salvados a venda	Redução de valor recuperável	Salvados a venda líquido	Salvados a venda	Redução ao valor recuperável	Salvados a venda líquido
Automóvel	21.495	(1.161)	20.334	22.727	(1.770)	20.957
Responsabilidade civil facultativa	3.379	(92)	3.287	2.221	(112)	2.109
Demais ramos	4.234	(233)	4.001	2.680	(368)	2.312
Total	29.108	(1.486)	27.622	27.628	(2.250)	25.378

b) Aging de salvados

Aging de Salvados	2018			2017		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor Líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor Líquido
De 1 a 30 dias	7.343	-	7.343	10.683	-	10.683
De 31 a 60 dias	5.063	-	5.063	4.438	-	4.438
De 61 a 180 dias	7.456	-	7.456	4.696	-	4.696
De 181 a 365 dias	3.245	(551)	2.694	1.827	(406)	1.421
Superior a 365 dias	6.001	(935)	5.066	5.984	(1.844)	4.140
Total	29.108	(1.486)	27.622	27.628	(2.250)	25.378

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas a aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

	2018				2017			
	Saldo Inicial	Constituição	Reversões	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição	Reversões	Saldo Final
Automóvel	90.464	867	(13.785)	77.546	97.040	11.452	(18.028)	90.464
Demais Ramos	17.858	7.026	(701)	24.183	14.071	4.669	(882)	17.858
Patrimonial	100.832	14.911	(20.150)	95.593	101.196	7.032	(7.396)	100.832
Pessoas	22.500	15.018	(21.742)	15.776	16.449	17.392	(11.341)	22.500
Responsabilidades	6.736	1.160	(112)	7.784	7.398	1.011	(1.673)	6.736
Transportes	14.137	5.676	(4.909)	14.904	4.699	10.625	(1.187)	14.137
Total	252.527	44.658	(61.399)	235.786	240.853	52.181	(40.507)	252.527

Saldos	2018	2017
Circulante	224.085	243.660
Não circulante	11.701	8.867
	<u>235.786</u>	<u>252.527</u>

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

11 Depósitos judiciais e fiscais

Detalhamento de depósitos judiciais	2018	2017
Fiscal	180.209	178.663
Trabalhista	2.612	2.314
Cíveis	4.636	6.806
Sinistros	10.240	13.535
Total	197.697	201.318

12 Investimentos

Refere-se à participação detida no capital das controladas Sompo Saúde Seguros S.A. e Vistomar Serviços de Vistoria Ltda. Para o semestre findo em 30 de junho de 2018, o saldo de investimento em controladas R\$ 195.937.

Informações sobre a controlada	2018		2017	
	Vistomar	Saúde	Vistomar	Saúde
Total de ativos	1.626	349.355	1.722	325.112
Total de passivos	147	154.897	110	157.979
Patrimônio líquido	1.479	194.458	1.612	167.133
Capital Social	4	116.281	4	94.608
Resultado do semestre	132	(5.645)	118	(4.213)
Informações sobre o investimento				
Porcentagem de participação	90,00%	100,00%	90,00%	100,00%
Quantidade de ações / quotas possuídas	36.000	3.495.459	36.000	3.094.257
Saldo de investimento em controladas	195.937		168.745	
Ágio	18.968		22.032	
Outros investimentos	272		272	
Total de Investimentos	215.177		191.049	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Imobilizado e Intangível

a) Imobilizados

	Saldo em 2017	Aquisições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo em Junho/2018	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxas de Depreciação (%)
Imóveis de uso próprio	41.891	-	(1.166)	-	-	40.725	76.526	(35.801)	40.725	2,5% a 6,7%
Terrenos	8.255	-	-	-	-	8.255	8.255	-	8.255	
Equipamentos	6.095	534	(1.239)	-	(4)	5.386	16.002	(10.616)	5.386	20%
Veículos	1.677	52	(245)	-	(150)	1.334	2.554	(1.220)	1.334	20%
Móveis, máquinas e utensílios	4.063	913	(362)	-	(33)	4.581	9.496	(4.915)	4.581	10%
Instalação	1.258	1.472	(375)	1.835	-	4.190	18.210	(14.020)	4.190	10%
Imobilizações em curso	5.012	3.145	(27)	(1.835)	-	6.295	6.375	(80)	6.295	
Sistemas aplicativos	1.069	-	(249)	-	-	820	13.663	(12.843)	820	20%
Refrigeração	906	1.348	(75)	-	(1)	2.178	2.770	(592)	2.178	10%
Telecomunicações	214	-	(19)	-	(1)	194	575	(381)	194	20%
	70.440	7.464	(3.757)	-	(189)	73.958	154.426	(80.468)	73.958	

b) Intangível

	Saldo em 1º de janeiro 2017 (reapresentado)	Saldo em 2017	Aquisições	Amortização	Transferências	Baixas	Saldo em Junho/2018	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxas de amortização (**)
Sistemas de Computação	116.216	132.275(*)	400	(6.062)	28.728	(3)	155.338	226.557	(71.219)	155.338	4% a 20%
Ágio	124.010	124.010	-	-	-	-	124.010	124.010	-	124.010	
Outros Intangíveis(***)	57.998	87.416	28.575	(2.136)	(28.728)	-	85.127	83.459	1.668	85.127	
Canal Varejo	14.186	11.895	-	(1.135)	-	-	10.760	16.039	(5.279)	10.760	14,29%
	312.410	355.596	28.975	(9.333)	-	(3)	375.235	450.065	(74.830)	375.235	

(*) A Sompo Seguros, em conformidade com o CPC 4 e CPC 23, durante o exercício de 2017 revisou a vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" (vide nota explicativa 2 d) de forma a melhor refletir o valor destes ativos, que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões e créditos tributários no valor de R\$ 46,3 milhões.

(**) As taxas anuais de amortização de Sistema de Computação após a revisão do prazo de vida útil variam entre 4% a 20% a.a, conforme tabela acima.

(***) Referem-se a projetos em curso e *Price Purchase Allocation* (PPA), principalmente a carteira do vida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)***14 Encargos trabalhistas e obrigações a pagar****Encargos trabalhistas e obrigações a pagar**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos Trabalhistas	26.048	19.442
13º salário a pagar	5.081	-
Férias	14.504	14.394
Encargos Sociais	6.463	5.048
Obrigações a pagar	63.615	64.208
Dividendos e JCP a pagar	23.120	23.120
Fornecedores	4.965	9.813
Outras obrigações	22.224	9.930
Participação nos lucros	2.859	9.211
Honorários, remunerações e gratificações	40	-
Participação nos lucros corretores	10.049	11.779
Honorários advocatícios	358	355

15 Impostos e contribuições a pagar

<u>Composição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos sobre operações financeiras	37.980	41.436
Contribuições previdenciárias	4.263	3.984
PIS e COFINS	4.919	4.862
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.090	6.423
Outros impostos retidos	4.116	4.533
Total do circulante e não circulante	53.368	61.238

16 Provisões técnicas

	<u>2018</u>		
	<u>Bruto de resseguro</u>	<u>Parcela ressegurada</u>	<u>Líquido de resseguro</u>
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.143.490	223.122	920.368
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	648.851	446.581	202.270
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo DPVAT	5.002	-	5.002
Provisão de sinistros a liquidar - judicial DPVAT	21.742	-	21.742
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	152.539	27.577	124.962
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	302.334	5.834	296.500
Provisão de benefícios a regularizar - administrativo	1.894	1.310	584
Provisão de benefícios a regularizar - judicial	1.807	508	1.299
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	9.972	842	9.130
Provisão de despesas relacionadas - judicial	10.572	2.204	8.368
Outras provisões	67	-	67
Total do circulante e não circulante	2.298.270	707.978	1.590.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.214.528	238.107	976.421
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	385.489	144.556	240.933
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo DPVAT	5.331	-	5.331
Provisão de sinistros a liquidar - judicial DPVAT	24.845	-	24.845
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	157.333	27.068	130.265
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	281.404	5.702	275.702
Provisão de benefícios a regularizar - administrativo	920	210	710
Provisão de benefícios a regularizar - judicial	1.932	501	1.431
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	9.300	513	8.787
Provisão de despesas relacionadas - judicial	11.246	2.086	9.160
Outras provisões	63	-	63
Total do circulante e não circulante	2.092.391	418.743	1.673.648

a) Movimentação da provisão de sinistros em discussão judicial sem DPVAT

	2018		2017	
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada
Saldo do início do exercício	170.511	29.655	200.587	35.452
Total pago no período	(25.323)	(2.010)	(29.715)	(1.281)
Novas constituições no período	42.744	2.282	55.508	3.131
Baixa da provisão por êxito	(3.625)	(10)	(42.572)	(4.384)
Baixa da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(15.598)	(1.053)	(2.459)	(1.762)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(3.791)	1.425	(10.838)	(1.501)
Saldo final do exercício	164.918	30.289	170.511	29.655

b) Composição dos sinistros judiciais por classificação de risco

	2018		2017	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Provável	769	83.868	759	89.135
Possível	3.549	73.196	3.382	72.944
Remota	1.584	7.854	1.654	8.432
Subtotal	5.902	164.918	5.795	170.511

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Movimentação das provisões técnicas

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.214.528	238.107	976.421
(+) Constituição	174.114	25.264	148.850
(-) Reversão	(245.152)	(40.249)	(204.903)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.143.490	223.122	920.368
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	572.998	171.624	401.374
Sinistros avisados no período	1.017.540	426.758	590.782
Correção monetária variação	9.442	3.916	5.526
(-) Sinistros pagos	(771.755)	(128.140)	(643.615)
(-) Salvados estimados	(91)	-	(91)
Saldo em 30 de junho de 2018	828.134	474.158	353.976
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	281.404	5.702	275.702
(+) Constituição	253.881	2.791	251.090
(-) Reversão	(232.951)	(2.659)	(230.292)
Saldo em 30 de junho de 2018	302.334	5.834	296.500
Provisão de benefícios a regularizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.852	711	2.141
(+) Constituição	3.039	2.140	899
(-) Reversão	(2.190)	(1.033)	(1.157)
Saldo em 30 de junho de 2018	3.701	1.818	1.883
Provisão de despesas relacionadas			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.546	2.599	17.947
(+) Constituição	4.721	853	3.868
(-) Reversão	(4.723)	(406)	(4.317)
Saldo em 30 de junho de 2018	20.544	3.046	17.498
Outras provisões			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63	-	63
(+) Constituição	4	-	4
(-) Reversão	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2018	67	-	67

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo verificar a suficiência da PSL e fazer o acompanhamento do tempo de liquidação dos sinistros, avaliando a evolução destas liquidações. Também, é feita a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

d) Desenvolvimento de sinistros

Valores em milhares

Bruto do efeito de resseguro administrativo (*)

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	580.882	611.862	798.586	863.358	941.619	1.279.935	1.109.312	1.235.346	1.399.595	930.166	
Após um ano	578.070	644.789	766.081	843.693	925.899	1.222.773	1.148.740	1.243.156	1.439.652		
Após dois anos	580.485	638.553	751.973	837.408	927.236	1.214.485	1.131.954	1.242.331			
Após três anos	579.444	635.915	751.469	839.478	923.064	1.215.324	1.132.129				
Após quadro anos	578.507	636.702	752.017	838.403	923.512	1.215.485					
Após cinco anos	578.174	637.082	751.740	838.997	923.685						
Após seis anos	578.187	636.811	752.072	839.210							
Após sete anos	577.710	638.511	752.062								
Após oito anos	577.745	638.576									
Após nove anos	577.719										
Posição em 30/06/2018	577.719	638.576	752.062	839.210	923.685	1.215.485	1.132.129	1.242.331	1.439.652	930.166	9.691.015
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(428.626)	(450.793)	(517.075)	(591.648)	(597.970)	(844.934)	(796.196)	(837.718)	(955.173)	(307.765)	
Após um ano	(564.887)	(610.768)	(730.775)	(817.606)	(895.697)	(1.178.724)	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.328.470)		
Após dois anos	(574.234)	(624.373)	(747.277)	(831.721)	(918.371)	(1.208.794)	(1.120.278)	(1.229.361)			
Após três anos	(575.748)	(634.203)	(749.715)	(835.418)	(922.254)	(1.214.136)	(1.122.576)				
Após quadro anos	(577.244)	(635.856)	(750.907)	(837.041)	(923.268)	(1.214.798)					
Após cinco anos	(577.517)	(636.551)	(751.703)	(837.735)	(923.292)						
Após seis anos	(577.575)	(636.791)	(751.794)	(837.814)							
Após sete anos	(577.702)	(638.477)	(751.997)								
Após oito anos	(577.707)	(638.537)									
Após nove anos	(577.689)										
Posição em 30/06/2018	(577.689)	(638.537)	(751.997)	(837.814)	(923.292)	(1.214.798)	(1.122.576)	(1.229.361)	(1.328.470)	(307.765)	(8.932.300)
Varição entre estimativa inicial e final	3.164	(26.714)	46.524	24.148	17.934	64.450	(22.817)	(6.985)	(40.057)		
% de variação entre estimativa inicial e final	1%	(4)%	6%	3%	2%	5%	(2)%	(1)%	(3)%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	29	39	65	1.396	393	687	9.552	12.971	111.181	622.401	758.715
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											968.053

Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNER	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
(209.338)	(18.973)	3.668	221.413	-	3.075	155	-

(*)Por se tratar de estimativa de sinistros administrativos, consideramos que o percentual alcançado ao longo do período, representa uma variação aceitável, por não ter o valor final a ser indenizado na estimativa inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores em milhares

Bruto do efeito de resseguro judicial (*)

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	745	992	1.344	4.673	2.771	3.070	3.855	1.865	4.288	526	
Após um ano	6.823	7.475	12.356	23.290	13.198	16.777	15.879	10.314	10.491		
Após dois anos	13.143	14.042	21.529	28.395	23.041	27.916	19.440	14.274			
Após três anos	17.793	16.861	24.653	34.484	26.633	27.505	23.764				
Após quadro anos	20.819	19.022	29.328	37.879	28.532	30.311					
Após cinco anos	23.565	20.873	30.109	33.675	29.286						
Após seis anos	24.411	23.558	28.722	33.558							
Após sete anos	23.589	22.086	28.957								
Após oito anos	21.522	24.017									
Após nove anos	21.372										
Posição em 30/06/2018	21.372	24.017	28.957	33.558	29.286	30.311	23.764	14.274	10.491	526	216.555
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(77)	(92)	(473)	(194)	(567)	(743)	(511)	(307)	(524)	(18)	
Após um ano	(503)	(517)	(4.253)	(2.095)	(2.395)	(2.647)	(3.920)	(1.956)	(1.670)		
Após dois anos	(3.594)	(1.556)	(5.863)	(4.356)	(5.904)	(5.944)	(7.838)	(3.900)			
Após três anos	(4.581)	(3.636)	(9.207)	(8.078)	(8.353)	(9.470)	(10.498)				
Após quadro anos	(5.974)	(5.328)	(11.720)	(11.617)	(13.642)	(11.746)					
Após cinco anos	(9.439)	(9.143)	(14.874)	(14.692)	(14.802)						
Após seis anos	(10.838)	(11.253)	(16.265)	(16.094)							
Após sete anos	(12.037)	(13.313)	(20.014)								
Após oito anos	(13.068)	(15.348)									
Após nove anos	(14.596)										
Posição em 30/06/2018	(14.596)	(15.348)	(20.014)	(16.094)	(14.802)	(11.746)	(10.498)	(3.900)	(1.670)	(18)	(108.685)
Varição entre estimativa inicial e final	(20.627)	(23.025)	(27.613)	(28.885)	(26.515)	(27.241)	(19.909)	(12.409)	(6.202)		
% de variação entre estimativa inicial e final	-141%	-150%	-138%	-179%	-179%	-232%	-190%	-318%	-371%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	6.776	8.668	8.943	17.465	14.484	18.566	13.266	10.374	8.821	509	107.870
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											186.660
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNER	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(78.790)	-	-	21.742	-	-	57.048	-

(*)Como os sinistros são de origem judicial, os valores de juros e correção monetária não são considerados na projeção do pagamento do valor final, constituindo uma variação comumente obtida no processo de pagamento final. Outro ponto que corrobora com a variação, são os percentuais alocados ao tipo de perda (provável, possível e remoto), que são ajustados ao longo da avaliação do processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores em milhares

Líquido do efeito de resseguro administrativo (*)

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	484.955	556.663	695.969	803.885	880.307	1.176.590	1.037.736	1.080.886	1.163.414	521.636	
Após um ano	493.637	581.375	673.474	790.313	863.333	1.147.737	1.032.693	1.101.070	1.179.521		
Após dois anos	493.776	579.543	670.274	782.262	866.759	1.142.137	1.033.055	1.101.354			
Após três anos	493.005	579.220	669.770	783.904	865.537	1.143.402	1.033.997				
Após quadro anos	492.506	579.907	670.334	783.606	866.055	1.143.580					
Após cinco anos	492.308	580.075	670.142	784.051	866.208						
Após seis anos	492.322	579.813	670.477	784.252							
Após sete anos	491.846	580.076	670.454								
Após oito anos	491.887	580.141									
Após nove anos	491.874										
Posição em 30/06/2018	491.874	580.141	670.454	784.252	866.208	1.143.580	1.033.997	1.101.354	1.179.521	521.636	8.373.017
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(378.351)	(430.466)	(487.980)	(571.000)	(578.238)	(828.795)	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(285.765)	
Após um ano	(482.033)	(567.012)	(656.475)	(767.439)	(843.755)	(1.123.542)	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.124.491)		
Após dois anos	(488.584)	(574.067)	(665.870)	(778.426)	(861.588)	(1.139.214)	(1.028.632)	(1.092.976)			
Após três anos	(489.943)	(577.719)	(668.216)	(781.701)	(864.909)	(1.142.274)	(1.030.586)				
Após quadro anos	(491.387)	(579.090)	(669.339)	(783.239)	(865.812)	(1.142.914)					
Após cinco anos	(491.656)	(579.574)	(670.108)	(783.864)	(865.834)						
Após seis anos	(491.711)	(579.794)	(670.199)	(783.946)							
Após sete anos	(491.840)	(580.043)	(670.402)								
Após oito anos	(491.849)	(580.102)									
Após nove anos	(491.845)										
Posição em 30/06/2018	(491.845)	(580.102)	(670.402)	(783.946)	(865.834)	(1.142.914)	(1.030.586)	(1.092.976)	(1.124.491)	(285.765)	(8.068.862)
Varição entre estimativa inicial e final	(6.919)	(23.478)	25.515	19.633	14.099	33.009	3.739	(20.468)	(16.107)		
% de variação entre estimativa inicial e final	(1)%	(4)%	4%	3%	2%	3%	0%	(2)%	(1)%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	29	39	52	306	374	667	3.411	8.378	55.029	235.870	304.154
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											513.486
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDR)	IBNER	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(209.332)	(18.973)	3.668	221.413	-	3.075	148	-

(*)Por se tratar de estimativa de sinistros administrativos, consideramos que o percentual alcançado ao longo do período, representa uma variação aceitável, por não ter o valor final a ser indenizado na estimativa inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores em milhares

Líquido do efeito de resseguro judicial (*)

Ano de ocorrência:	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	650	917	1.287	4.591	2.495	2.415	3.713	1.748	4.101	436	
Após um ano	6.492	6.427	10.017	17.871	11.702	15.054	15.446	9.999	9.724		
Após dois anos	11.525	11.911	17.938	25.045	21.416	25.622	19.149	13.816			
Após três anos	15.351	14.406	20.422	29.984	24.944	25.961	23.405				
Após quadro anos	17.886	16.512	24.639	32.500	26.887	28.704					
Após cinco anos	20.815	18.837	24.995	30.597	28.020						
Após seis anos	21.392	21.323	25.060	30.422							
Após sete anos	21.808	19.875	25.145								
Após oito anos	19.341	21.645									
Após nove anos	19.641										
Posição em 30/06/2018	19.641	21.645	25.145	30.422	28.020	28.704	23.405	13.816	9.724	436	200.958
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(77)	(91)	(470)	(193)	(530)	(364)	(508)	(307)	(524)	(18)	
Após um ano	(501)	(515)	(2.327)	(2.020)	(2.309)	(2.228)	(3.808)	(1.951)	(1.662)		
Após dois anos	(3.591)	(1.549)	(3.867)	(3.845)	(5.583)	(5.399)	(7.725)	(3.789)			
Após três anos	(4.565)	(3.614)	(7.182)	(7.374)	(8.089)	(8.847)	(10.333)				
Após quadro anos	(5.920)	(5.131)	(9.646)	(10.851)	(13.190)	(10.902)					
Após cinco anos	(9.121)	(8.723)	(12.366)	(13.429)	(14.294)						
Após seis anos	(10.480)	(10.818)	(13.736)	(14.634)							
Após sete anos	(11.524)	(12.729)	(17.257)								
Após oito anos	(12.479)	(14.031)									
Após nove anos	(13.369)										
Posição em 30/06/2018	(13.369)	(14.031)	(17.257)	(14.634)	(14.294)	(10.902)	(10.333)	(3.789)	(1.662)	(18)	(100.288)
Varição entre estimativa inicial e final	(18.991)	(20.728)	(23.858)	(25.832)	(25.525)	(26.289)	(19.691)	(12.068)	(5.623)		
% de variação entre estimativa inicial e final	(142)%	(148)%	(138)%	(177)%	(179)%	(241)%	(191)%	(319)%	(338)%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	6.272	7.614	7.887	15.789	13.727	17.802	13.072	10.027	8.063	418	100.670
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											156.371
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDR)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(55.703)	-	-	21.742	-	-	33.960	-

(*)Como os sinistros são de origem judicial, os valores de juros e correção monetária não são considerados na projeção do pagamento do valor final, constituindo uma variação comumente obtida no processo de pagamento final. Outro ponto que corrobora com a variação, são os percentuais alocados ao tipo de perda (provável, possível e remoto), que são ajustados ao longo da avaliação do processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)***17 Débitos das operações com resseguradoras**

Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sem vencimento	8.328	4.241	-	12.569	17.554	9.263	-	26.817
De 1 a 30 dias	57.264	9.298	543	67.105	73.803	12.473	458	86.734
De 31 a 60 dias	17.362	4.051	23	21.436	8.848	12.222	225	21.295
De 61 a 180 dias	99.826	11.741	934	112.501	94.470	14.841	136	109.447
De 181 a 365 dias	2.796	1.856	203	4.855	7.743	3.409	76	11.228
Superior a 365 dias	10	15	2	27	612	263	-	875
Total	185.586	31.202	1.705	218.493	203.030	52.471	895	256.396

18 Depósitos de terceiros

	2018							
	Cobrança antecipada de Prêmios		Prêmios e emolumentos		Outros depósitos(*)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aging de depósitos de terceiros								
De 1 a 30 dias	2.123	3.235	-	497	3.931	17.459	6.054	21.191
De 31 a 60 dias	426	262	-	-	1.602	948	2.028	1.210
De 61 a 120 dias	248	166	405	655	742	464	1.395	1.285
De 121 a 180 dias	174	1.226	156	-	270	52	600	1.278
De 181 a 365 dias	15	501	236	2.288	-	-	251	2.789
Superior a 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.986	5.390	797	3.440	6.545	18.923	10.328	27.753

(*) Principalmente créditos de resseguradores e congêneres a identificar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)***19 Provisões judiciais****a) Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco**

	2018			2017		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
Fiscais						
Perda provável	6	129.178	129.178	6	127.478	127.478
Perda possível	4	33.001	-	4	33.819*	-
Total	10	162.179	129.178	10	161.297	127.478
Cível						
Perda provável	238	11.252	11.252	247	10.096	10.096
Perda possível	605	24.195	-	530	23.115	-
Perda remota	1.594	36.714	-	1.547	46.858	-
Total	2.437	72.161	11.252	2.324	80.069	10.096
Trabalhistas						
Perda provável	53	8.209	8.209	54	7.625	7.625
Perda possível	65	31.114	-	93	48.952	-
Perda remota	12	88	-	2	-	-
Total	130	39.411	8.209	149	56.577	7.625
Total geral						
Perda provável	297	148.639	148.639	307	145.199	145.199
Perda possível	674	90.584	-	627	105.886	-
Perda remota	1.606	36.802	-	1.549	46.858	-
Total	2.577	276.025	148.639	2.483	297.943	145.199

(*) R\$ 25.171 – referente a exposição total relacionado às discussões da tributação PIS/COFINS (vide nota explicativa 19.c iii)

b) Movimentação das provisões judiciais

Natureza	Saldo em	Principal	Encargos	Baixas	Migração	Saldo em	Principal	Encargos	Baixas	Migração	Saldo em
	31/12/2016					31/12/2017					31/12/2018
1 - Fiscal	124.602	392	5.573	3.089	-	127.478	-	1.700	-	-	129.178
2 - Trabalhista	5.903	2.402	1.658	2.338	-	7.625	1.714	137	(1.267)	-	8.209
3 - Cíveis	12.891	7.439	952	7.838	3.348	10.096	3.761	528	(3.133)	-	11.252
Total	143.396	10.233	8.183	13.265	3.348	145.199	5.475	2.365	(4.400)	-	148.639

Descrição resumida das principais ações judiciais**Provisões judiciais****i. Ações de natureza fiscal (ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009)**

A Seguradora optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil – RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a COFINS, bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação aos quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. As ações aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.

ii. PIS - Programa de Integração Social

A Seguradora discute para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, exigida nos termos das emendas constitucionais - EC nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especial e extraordinário, os quais aguardam julgamento definitivo dos “*leading cases*” em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF.

iii. PIS - Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Para o período de janeiro de 2015 em diante as contribuições ao PIS e à COFINS passaram a ser recolhidas sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/2014. A Seguradora ingressou com mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da COFINS, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras. Atualmente o processo aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. A partir de março de 2017 a Seguradora passou a incluir, na base de cálculo, das contribuições ao PIS e à COFINS as receitas financeiras geradas pelas aplicações vinculadas em cobertura de reservas técnicas de seguros, tendo efetuado o pagamento do PIS calculado sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2015 a 2016 e da COFINS calculada sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2013 a 2016 (vide nota explicativa 21j).

iv. IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IR Fonte – Imposto de Renda Retido na Fonte – Glosa de despesas

A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio/2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.

v. CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional – EC nº 10/1996, sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Atualmente os autos aguardam julgamento de recurso extraordinário pelo STF.

vi. IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa

A Seguradora discute judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995, sendo proferida sentença e decisão do tribunal desfavoráveis. Interpostos os recursos especial e extraordinário encontram-se os mesmos pendentes de julgamento de admissibilidade pelo TRF3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Provisões trabalhistas

A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada “provável”.

Provisões cíveis

A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada “provável”.

20 Patrimônio líquido

a) Capital social

A Seguradora é uma Seguradora fechada e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.300.000.000,00 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão.

	2018		2017	
	Quantidade de ações	Capital social	Quantidade de ações	Capital social
Saldo no início do exercício/ semestre	106.795.047	985.586	104.914.102	964.609
Emissão de ações	-	-	1.967.832	20.977
(-) Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(86.887)	-
Saldo no final do exercício	106.795.047	985.586	106.795.047	985.586

b) Reserva de capital

Refere-se a incentivos fiscais de imposto de renda.

c) Custos de transação

A Seguradora incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo, citado na nota explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no patrimônio líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 8:

Custos de Transação	2018
Assessoria financeira	7.932
Assessoria estratégica	3.000
Assessoria jurídica	882
Outros	279
Subtotal	12.093
Impostos	(4.837)
Total	7.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d) Reserva legal

Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

e) Reserva estatutária

Constituída pelo valor remanescente do lucro de cada exercício social, após deduções legais e estatutárias, sendo destinada à absorção de prejuízos e aumento de capital.

f) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio - JCP é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)***21 Detalhamento das contas da demonstração do resultado**

	2018	2017
a) Prêmios emitidos líquidos	1.314.408	1.380.885
Prêmios diretos	1.272.000	1.333.134
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(8.130)	(3.368)
Co-seguro aceitos de congêneres	23.949	24.429
Co-seguro cedido de congêneres	(16.182)	(15.623)
Prêmio DPVAT	42.771	42.313
b) Variação das provisões técnicas de prêmios	73.045	(33.557)
Provisão de prêmios não ganhos	75.037	(32.826)
Provisão matemática de benefícios a conceder	(4)	9
Outras provisões técnicas - PDA	(1.988)	(740)
c) Prêmios ganhos	1.387.453	1.347.328
d) Receita com emissão de apólices (*)	4.957	27.610
e) Sinistros ocorridos	(1.050.731)	(903.893)
Indenizações avisadas - PSL	(1.017.540)	(869.202)
Indenizações avisadas - PBR	(15.336)	(2.165)
Serviços de assistência	(55.115)	(62.131)
Salvados e ressarcimento	77.104	56.036
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(11.866)	16.208
Recuperação de sinistros	18.688	3.585
Variação das despesas relacionadas	(46.915)	(45.550)
Outros	249	(674)
f) Custo de aquisição	(317.349)	(302.382)
Comissões sobre prêmios retidos	(283.638)	(299.161)
Outras despesas de comercialização	(27.212)	(16.171)
Recuperação de comissões (cedido)	3.322	1.884
Variação do custo de aquisição diferido	(9.821)	11.066
g) Outras receitas e despesas operacionais	(72.874)	(56.503)
Outras despesas operacionais	(73.207)	(56.970)
Despesa com cobrança	(11.024)	(11.759)
Despesa com encargos sociais	(1.311)	(1.677)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	3.843	(1.276)
Despesa com emissão de apólices	(28.233)	(6.073)
Despesa com inspeção e vistoria	(5.628)	(5.663)
Despesa com dispositivos de segurança	(15.048)	(17.318)
Outras despesas com operações de seguros	(10.096)	(11.451)
Amortizações	(1.135)	(1.136)
Despesas diversas	(4.575)	(617)
Outras receitas operacionais	333	467
Outras receitas com operações de seguro	333	467
h) Resultado com resseguro	221.031	32.325
Receitas com resseguro	432.311	204.765
Indenização de sinistro	428.103	203.157
Despesa com sinistro	4.110	2.925
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	98	(929)
Recuperação de sinistro catástrofe	-	(388)
Despesas com resseguros	(211.280)	(172.440)
Prêmios de resseguros - Diretos	(233.954)	(175.531)
Cosseguros aceitos	(658)	(63)
Cancelamento de resseguro	46.249	33.412
Restituição de resseguro	2.322	2.006
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.671	(3.199)
Variação da despesa de resseguro	(7.289)	(23.337)
Salvados e ressarcimento	(6.158)	(6.064)
Comissões diferidas	(7.915)	(1.523)

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Provisões de riscos	-	(1)
Outras provisões - Comissão escalonada	(2.836)	(1)
Outras provisões - RVNE	(2.712)	1.861
i) Despesas administrativas	(187.220)	(185.638)
Despesas com pessoa próprio	(114.583)	(119.152)
Despesas com serviços de terceiros	(31.892)	(34.470)
Despesas com localização e funcionamento	(16.621)	(17.443)
Despesas com publicidade e propaganda	(7.357)	(6.584)
Despesas com publicações	(201)	(359)
Despesas com donativos e contribuições	(261)	(18)
Depreciação e amortização (***)	(11.954)	(2.413)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(2.980)	(2.123)
Outras despesas administrativas	(1.371)	(3.076)
j) Despesas com tributos	(35.825)	(50.780)
COFINS (**)	(22.692)	(44.938)
PIS/Pasep (**)	(3.688)	(6.257)
Outros	(6.902)	2.831
Impostos Municipais	(1.787)	(1.578)
Contribuição Sindical	(665)	(610)
Impostos Estaduais	(91)	(228)
k) Resultado financeiro	71.915	74.891
Receitas financeiras	84.755	108.756
Rendimento com aplicações financeiras	64.583	80.503
Rendimentos quotas e fundos de investimento	11.928	21.031
Receitas com títulos de renda fixa privados	4.138	8.421
Receitas com títulos de renda fixa públicos	48.517	51.051
Receita com ações	46	57
Receitas financeiras com operações de seguros	12.540	16.362
Outras	7.586	11.834
Receita com créditos tributários	45	61
Receita financeira contingência DPVAT	205	306
Receita com atualização de depósitos judiciais	2.372	5.625
Créditos não identificados	-	1.281
Receitas financeiras eventuais	4.964	4.561
Despesas financeiras	(12.840)	(33.865)
Despesas financeiras com renda fixa	(152)	(149)
Despesas financeiras com operações de seguros	(11.502)	(25.474)
Juros	(18)	(56)
Oscilação cambial	1.937	(1.254)
Despesas de juros s/ operação de DPVAT	(7.259)	(9.913)
Provisão de sinistros a liquidar	(10.478)	(16.147)
Cosseguro cedido	162	(91)
Resseguro cedido	4.188	2.011
DPVAT	(34)	(24)
Outras	(1.186)	(8.242)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1.720)	(3.260)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	-	4
Despesas financeiras eventuais	534	(4.986)
l) Resultado Patrimonial	2.470	(8.080)
Receitas com imóveis de renda	21	798
Equivalência patrimonial	5.513	(5.814)
Amortização price purchase allocation (PPA)	(3.064)	(3.064)
m) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(3)	1.568
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(3)	1.569
Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	-	(1)

(*) A partir de 2017, reconhecimento integral e a crédito dos Custos Iniciais de Contratação (CIC) na conta de “receitas com emissão de apólices”, totalizando R\$ 23.886 no resultado do semestre de 2017 (vide nota explicativa 3k i).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(**) Em 2017, pagamento dos tributos de PIS/COFINS sobre as receitas financeira de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas (R\$ 25.207) (vide notas explicativas 19a, 19c iii e 22).

(***) A Sompo Seguros, em conformidade com CPC 4 e CPC 23 revisou a vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir o valor contábil justo destes ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões. O impacto nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2017 foi de R\$ 34,0 milhões e R\$ 8,1 milhões no resultado até junho de 2018 (vide nota explicativa 2i e 2ii).

22 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações (*)	23.824	23.824	(23.554)	(23.554)
Participações sobre o resultado	(6.855)	(6.855)	(4.578)	(4.578)
Resultado tributável	16.969	16.969	(28.132)	(28.132)
Ajustes temporários	7.236	7.236	3.252	3.252
Provisões para contingências	3.688	3.688	4.430	4.430
Provisões para devedores duvidosos	(3.843)	(3.843)	1.614	1.614
Provisões com funcionários	(3.805)	(3.805)	(4.413)	(4.413)
Outros ajustes temporários	11.196	11.196	1.621	1.621
Ajustes permanentes	(31.975)	(31.975)	(14.494)	(14.494)
Ajustes de equivalência patrimonial	(5.513)	(5.513)	5.814	5.814
Outros ajustes permanentes	(26.462)	(26.462)	(20.308)	(20.308)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.770)	(7.770)	(39.374)	(39.374)
Créditos tributários e tributos diferidos sobre diferenças temporárias	1.809	618	813	523
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal em IRPJ e base negativa na CSLL	1.942	1.554	9.844	8.550
Outros ajustes	(1.822)	(816)	(2.368)	(2.041)
Total de imposto de renda e contribuição social	1.929	1.356	8.289	7.032
	8,07%	5,67%	-35,19%	-29,85%

(*) A Sompo Seguros, em conformidade com o CPC 4 e CPC 23, durante o exercício de 2017 revisou a vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" (vide nota explicativa 2 d) de forma a melhor refletir o valor destes ativos, que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões e créditos tributários no valor de R\$ 46,3 milhões.

23 Partes relacionadas

Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnicas CPC nº 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Sompo Saúde Seguros S.A. (controlada)

- i. A Seguradora compartilha com sua controlada certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram em 2018 R\$ 4.823 (R\$ 6.197 em 2017).

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- ii. Os funcionários da Seguradora contam com seguro saúde contratado junto à sua controlada, cujos custos são assumidos pela Seguradora. O total de prêmios em 2018 foi de R\$ 10.836 (R\$ 8.781 em 2017).
- iii. Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto a Seguradora. O total de prêmios durante 2018 somaram R\$ 17 (R\$ 16 em 2017).

b) Outras partes relacionadas

- i. Adicionalmente a Sompo Seguros detém despesas compartilhadas com a Sompo Japan Nipponkoa Insurance, Inc. de componentes da estrutura administrativa e operacional, bem como contratos de resseguro facultativo.
- ii. Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Junho de 2018</u>	<u>Dezembro de 2017</u>
Controlada		
Sompo Saúde Seguros S. A.	701	874
Reembolso de despesa administrativa a receber	701	874
Total do ativo	701	874
<u>Passivo</u>		
Controlada		
Sompo Saúde Seguros S. A.	-	(44)
Transferência de funcionários	-	(44)
Vistomar Serviço de vistoria Ltda	(163)	-
Serviço de vistoria	(163)	-
Total do passivo	(163)	(44)

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>	<u>Junho de 2018</u>	<u>Junho de 2017</u>
Controlada				
Sompo Saúde Seguros S.A	4.840	6.213	(10.836)	(8.781)
Recuperação de despesas administrativas	4.823	6.197	-	-
Prêmios - Seguros Saúde	-	-	(10.836)	(8.781)
Prêmio - Seguros Vida	17	16	-	-
Vistomar Serviço de vistoria Ltda	-	-	526	471
Serviço de vistoria	-	-	526	471
Total resultado	4.840	6.213	(10.309)	(8.310)

Sompo Seguros S.A.

30 de Junho de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

* * *

Conselho de Administração

Junichi Tanaka – Presidente
Kenichi Umeki
Yoshiyasu Suzuki
Francisco Caiuby Vidigal Filho
Arlindo da Conceição Simões Filho
Jaime Francisco Paredes Garcia

Diretoria

Francisco Caiuby Vidigal Filho – Diretor Presidente
Kenichi Umeki – Diretor Executivo
Atsushi Yasuda – Diretor Executivo
Sven Robert Will – Diretor Executivo
Adailton Oliveira Dias – Diretor Executivo
Fernando Antônio Grossi Cavalcante – Diretor Executivo

Contador

Ivan Fernando dos Santos
CRC SP269845/O-8

Atuário

Duarte Marinho Vieira
MIBA 1112